

Patrimônio Imaterial, Identidade e Memória: um mapeamento de bens culturais de Santo Antônio do Palma/RS

Adilson Giglioli, mestrando do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Arquitetura e Urbanismo - IMED

Henrique Kujawa, Docente do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Arquitetura e Urbanismo - IMED

Resumo: Neste artigo será proposta um breve estudo sobre elementos de patrimônio imaterial e formadores da identidade e memória de Santo Antônio do Palma, município de pequeno porte ao norte do estado do Rio Grande do Sul, que se destaca com um acervo virtuoso de promoção de cultura e do saber fazer. Para tal estudo foi utilizada metodologia exploratória e de observação, onde foram abordados conceitos referentes ao entendimento do tema, levantamentos e análises, para que se chegasse ao objetivo do trabalho proposta de elencar elementos de cultura imaterial do município, assim alcançando um resultado significativo acerca de cultura e preservação da identidade local.

Palavras Chave: Patrimônio Imaterial; Identidade; Memória; Elementos de cultura.

Abstract: In this article, a brief study will be presented on the elements of intangible heritage and identity and memory trainers of Santo Antônio do Palma, a small municipality in the north of the state of Rio Grande do Sul, which stands out with a virtuous collection of culture and know-how. For this study, an exploratory and observation methodology was used, where concepts related to the understanding of the theme, surveys and analyzes were approached, in order to arrive at the objective of the proposed work of listing elements of intangible culture of the municipality, thus achieving a significant result about culture and preservation of local identity.

Keywords: *Intangible Heritage; Identity; Memory; Elements of culture.*

INTRODUÇÃO

Assim, de um discurso patrimonial baseado na ideia consolidada do “monumento histórico”, que se referia aos grandes monumentos do passado, passou-se em nossa era para uma concepção do patrimônio entendido como o conjunto dos “bens culturais”. (CASTRIOTA, 2009, p. 12)

Podemos iniciar esta discussão através do trecho do livro Patrimônio Cultural - Conceitos, Políticas , Instrumentos de 2009, abordando a ideia da amplitude do conceito de patrimônio histórico, uma vez que esse tema está cada vez mais difundido, estudado e discutido em diversas escalas e traz uma reflexão sobre o que é bem patrimonial e de que forma reconhecer no espaço urbano.

Castriota (2009), ressalta que a Constituição Federal de 1988 (art. 216), definia como patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto. Essa visão sobre patrimônio aborda além dos bens materiais as questões de identidade de ação e de memória da sociedade que compõem e forma determinado lugar. Inclui-se a esses bem imateriais as formas de expressão, os modos de criar, fazer e viver, a arte, as expressões as manifestações culturais e documentos, assim expandindo o conceito de patrimônio.

Em conformidade com Edelweiss (2016), temos em vista que a cidade atua como um cenário onde habitamos e nela é deixada a marca da passagem dos tempos, dessa forma é importante que tenhamos clara a ideia de que o patrimônio material e sobretudo o imaterial são elementos importantes na construção de uma identidade local que vai constituir uma cidade, que segundo Montaner (1997), é um conjunto coletivo e dinâmico de relações sociais.

Desta maneira o artigo se propõem a compreender a formação e contribuição do patrimônio imaterial do município de Santo Antônio do Palma/RS como responsável pela construção da identidade local, através da cultura, das formas de expressão e do saber fazer, levando em conta diversos aspectos locais e postos em conformidade com os conceitos dos ecomuses, que de acordo com Leite (2016), são percursos de crescimento da cultura das

comunidades locais, que busca a participação ativa dos habitantes e preza pela valorização do patrimônio cultural local.

O presente estudo tem um caráter exploratório e de observação, onde será abordado em sua primeira etapa uma reflexão sobre patrimônio imaterial, identidade e Ecomuseus, referenciando conceitualmente esses termos e relacionando-os com os objetos de análise. Além da revisão bibliográfica, foram realizadas visitas a elementos de patrimônio do município de Santo Antônio do Palma/RS, que além de entrevistas não estruturadas com os agentes locais, foram feitos registros fotográficos e um mapa, pontuando e referenciando os pontos levantados no território do município. Dessa maneira será possível compreender a complexidade e as relações existentes entre os tópicos e de que forma contribuem para a formação de um cenário cultural. Será apresentado uma breve contextualização histórica sobre o município de Santo Antônio do Palma, com o intuito de entender suas origens e sua formação e de que maneira influenciou a formação do cenário atual.

Por fim, serão mapeados elementos de patrimônio material e imaterial, que auxiliam na consolidação do setor no município, por meio de análise pragmática proposto pelo conceito dos Ecomuses, que para Bellaigue (1993), este movimento leva em conta quatro elementos constitutivos: o território, a população (como agente), o tempo e o patrimônio. E acrescenta que “quando falamos de patrimônio, falamos de patrimônio total: tanto as paisagens, sítios, edificações, como os objetos que são portadores de história ou de memória” (BELLAIGUE, 1993, p. 75).

Por meio das abordagens realizadas e das análises expostas, fazem-se ainda considerações finais em contexto de enquadramento da paisagem turística com elementos-chave sob a ótica de Ecomuseu e seu método de funcionamento.

PATRIMÔNIO IMATERIAL, IDENTIDADE E MEMÓRIA

A compreensão de patrimônio possui uma ligação estrita com a ideia de herança, seja de um povo, de uma comunidade ou de uma única pessoa e é algo a ser deixado ou transmitido as futuras gerações. Gonçalves (2003), sustenta a

ideia da antiguidade do tema patrimônio e que este não é uma invenção da sociedade moderna, mas que esteve presente no mundo clássico e na Idade Média.

Castriota (2009), defendendo que o termo patrimônio sofre uma significativa ampliação e hoje é utilizado em uma série de expressões como “patrimônio arquitetônico”, “patrimônio histórico e artístico”, “patrimônio cultural”, e até mesmo “patrimônio natural”, logo percebe-se a amplitude do termo patrimônio e abrange uma gama de fenômenos muito maior que antes.

De acordo com Canani (2005), o conceito de patrimônio, partindo de definições simples, pode ser compreendido como um conjunto de bens materiais ou não, direitos, ações, posses e tudo mais que pertença a uma pessoa e seja suscetível de apreciação econômica. Sendo assim, patrimônio histórico é um bem, contudo para ser considerado como tal, é necessário que possua relevância social, o que é construído na coletividade e demanda tempo, significado e identificação social.

Para Varine, “o patrimônio é um instrumento para o desenvolvimento local”, pensamento difundido a partir da década de 1960, para fins econômicos através de atividades turísticas e fortalecimento de noções de pertencimento das comunidades. O autor ainda acrescenta que “o patrimônio é o DNA do território e da comunidade”, configurando-o e em contínua mudança (VARINE, 2012, p.11).

Castriota (2009) ressalta que ao lado dos bens móveis e imóveis, e daqueles de criação individual, componentes do acervo artístico, agora se considera também como parte do patrimônio cultural de um povo, uma outra espécie de bens, os utensílios, procedentes, sobretudo, do “fazer popular”, inseridos na dinâmica viva do cotidiano. A partir desta colocação, podemos ter uma concepção de patrimônio imaterial, como um processo da formação e do significado das coisas, que deve ser inserido no contexto de vivência, conforme descreve Leonardo Barci Castriota, acerca do patrimônio cultural:

Por outro lado, não se pode também esquecer a dinâmica própria do patrimônio cultural, que não pode ser percebido como uma coleção de objetos afastados da vida, devendo ser visto como um suporte para um processo contínuo de produção da própria vida. Trata-se de perceber o potencial transformador de

nosso patrimônio, que deverá ser continuamente relido e utilizado de forma libertadora. (CASTRIOTA, 2009, p. 87)

Paralelamente à discussão do patrimônio material hoje em dia percebe-se muito as abordagens sobre patrimônio imaterial, uma vez que se pode entender que a conservação do patrimônio por si só não irá acontecer se não forem incorporados os valores imateriais e intangíveis, uma vez que as discussões acerca de patrimônio centravam muito mais em como conservar, restringindo apenas à dimensão física.

A partir deste aspecto, foi necessário desfocar a visão do patrimônio, apenas, como um corpo físico, mas também discutir que o porquê conservar, colocando em cena os valores. Para Peixoto (2017), a cultura do imaterial é hoje, nas sociedades que vivemos, a condição fundamental de elevação material à condição patrimonial e a promoção dos usos sociais àquilo que chamamos de patrimônio.

A “Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Imaterial”, realizada em 2003 na cidade de Paris considera a importância do patrimônio cultural imaterial como fonte de diversidade cultural e garantia de desenvolvimento sustentável, conforme destacado na Recomendação da UNESCO sobre a salvaguarda da cultura tradicional e popular, de 1989. Sendo assim, a convenção definiu como patrimônio cultural imaterial os seguintes termos:

Entende-se por “patrimônio cultural imaterial” as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana. Para os fins da presente Convenção, será levado em conta apenas o patrimônio cultural imaterial que seja compatível com os instrumentos internacionais de direitos humanos existentes e com os imperativos de respeito mútuo entre comunidades, grupos e indivíduos, e do desenvolvimento sustentável (UNESCO, 2003).

Castriota (2009), argumenta que o patrimônio imaterial serve como âncora ao próprio patrimônio material, uma vez que esse se torna uma categoria social

quase vazia quando é separado de seus valores culturais imateriais. O autor ainda coloca que essa concepção irá representar uma verdadeira revolução no pensamento sobre patrimônio.

Se temos a ideia de patrimônio imaterial como um sentimento que está atrelado à memória das pessoas, podemos associar ao conceito de identidade, que conforme Araújo (2007, p. 19), está relacionada ao “agrupamento do que é igual ou então reconhecido de forma comum em meio a multiplicidade. Com base nesta reflexão, Schneider e Fialho (2015), defendem que podemos evoluir a um conceito de identidade coletiva, que se caracteriza como um processo construtivo formado por uma relação entre as dimensões do indivíduo e do seu grupo social. Ambos os autores concordam na escala que a identidade a um determinado lugar possui, e esta é social, abrangendo muito mais do que apenas um indivíduo, mas sim um grupo significativo ou até mesmo uma comunidade em geral.

Podemos dizer que a memória é um elemento essencial da identidade e ambas se reforçam mutuamente e contribuem para a formação das características sociais, conforme defende Santos (2004):

A definição da própria identidade cultural implica em distinguir os princípios, os valores e os traçados que a marcam, não apenas em relação a si própria, mas frente a outras culturas, povos ou comunidades. Memória e identidade estão interligadas, desse cruzamento, múltiplas pelas possibilidades poderão abrir ora produção de imaginário histórico cultural (SANTOS, 2004, p. 59).

Para Batista (2005), a construção da identidade se molda a partir de que determinado grupo se apropria de seus valores e manifestações, perpetuando-os na sua história, passando de geração em geração. Assim, conhecendo nossas raízes, podemos distinguir o que nos une e que isso nos representa, construindo uma identidade social.

Batista (2005), salienta que a identidade local passa a existir congruente a memória, e que essa nada mais é do que uma resistência de grupos que não querem esquecer suas características e tradições, muito pelo contrário, querem preservá-la e perpetuá-la para as futuras gerações. Sendo assim, para Polak (1992), a memória é o elemento que constitui o sentimento de identidade individual e coletiva, na medida em que ela é fator extremamente importante para o sentimento de continuidade de um grupo.

Para Santos (2004), a ligação entre memória e identidade é tão profunda que o imaginário histórico-cultural se alimenta destes para se auto sustentar e se reconhecer como expressão particular de um determinado povo. A memória não pode ser entendida como apenas um ato de busca de informações do passado, ela deve ser entendida como um processo dinâmico da própria memorização, o que estará ligado à questão de identidade.

A partir da compreensão desses conceitos, construímos um ponto de referência para definição dos elementos de cultura de um determinado local e as estratégias para atuação, a fim de gerar desenvolvimento. Parbuono (2019), reforça que a relação entre seres humanos e território desenvolveu ao longo dos séculos uma relação de reciprocidade e condicionamento físico através de um trabalho cultural e de respeito com o lugar, proporcionando a vida.

O MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO PALMA

De acordo com Roque Gelatti (1985), foi através da LEI N.º 190, de 12 de dezembro de 1926, que o então Prefeito Municipal do município de Casca/RS, Sr. Arcido Perin, em acordo com as leis orgânicas do município decretou a criação do 4º Distrito de Santo Antônio, também conhecido como Linha Gonçalves Dias, Povoado Palma ou Povoado Chiodelli. Foi assim, através da criação de um distrito, que iniciava a consolidação daquela comunidade de imigrantes italianos que chegava à região por volta de 1904, vindos das colônias de Veranópolis.

Foi entre os anos de 1906 a 1910 que iniciou a formação das primeiras comunidades polonesas, formadas por famílias vindas das colônias de Guaporé. Essas famílias fixaram-se em áreas montanhosas, difíceis de serem trabalhadas e devido à semelhança do relevo com os Montes Cárpatos existentes nas regiões da pátria de origem, denominaram o lugar como Cárpatos (GELATTI, 1985. p. 164).

Gelatti (1985), afirma que os imigrantes trouxeram consigo o amor pela religião, herança de seus familiares e costume que aprenderam ainda sua pátria de origem. Foi a partir dessa devoção que logo os imigrantes construíram

capitéis, e oratórios em homenagem aos seus santos de devoção, como Santo Antônio e Nossa Senhora de Czenstochowa.

O distrito de Santo Antônio possuía terras bastante difíceis de cultivo, principalmente onde se estabeleceram as comunidades polonesas, as quais cultivavam diversos produtos para sua subsistência. Gelatti (1985), conta que no povoando onde estabeleceram-se as famílias italianas, havia poucas indústrias e comércio. Podemos destacar a existência de alguns moinhos coloniais, madeireira, ferraria e algumas casas de comércio, as quais comercializavam produtos vindos de Muçum ou Passo Fundo, que eram trazidas pelos tropeiros que passam por esta rota.

De acordo com IBGE (2011), o distrito foi elevado à categoria de município com a denominação de Santo Antônio do Palma, pela Lei Estadual n.º 9.591, de 20-03-1992, desmembrado do município de Casca. Sede no atual distrito de Santo Antônio do Palma (ex - Santo Antônio). Constituído do distrito sede, instalado em 01-01-1993 (Figura 01).



Figura 1: Localização do município no estado do Rio Grande do Sul. Fonte: Google Maps (2019).

Atualmente o município conta com uma população de 2.139 habitantes, de acordo com Censo Demográfico do IBG (2010), em uma área de 126.10 Km², apresentando uma densidade demográfica de 16,96 hab/km². O município fica localizado ao Norte do Estado do Rio Grande do Sul (Figura 2).



Figura 2: Imagem aérea feita por drone da zona urbana do município.

Fonte: Adilson Vieceli (2017)

De acordo com informações da Prefeitura Municipal (2017), hoje o município é conhecido como a terra da agroecologia, o que desperta curiosidade e atração de diversas pessoas, trazendo para o município um número expressivo de visitantes, que além disso, é recepcionado por uma paisagem natural preservada e possui em seu dia-a-dia costumes e valores de sua tradição, mantendo viva a memória de seus antepassados, o que auxilia na construção de uma identidade local.

ELEMENTOS DE PATRIMÔNIO IMATERIAL E AS RELAÇÕES COM OS ECOMUSEUS

Através de um mapeamento realizado no município de Santo Antônio do Palma, serão apresentados elementos de patrimônio cultural, identificados através de observações que se enquadram nos conceitos apresentados no estudo e na proposta dos Ecomuseus. Podemos dizer que os elementos de patrimônio se baseiam principalmente nos produtos conformados a partir da história e da cultura, mas também na natureza e elementos da paisagem natural.

Nesta perspectiva, Cymbalista, Feldman e Kühl (2017), apontam que os produtos patrimoniais históricos são bens culturais e de memória, os quais constituem um reflexo da sua sociedade e dos seus diversos saberes.

Para Cunha (2005), as potencialidades de desenvolvimento cultural de uma localidade são em função dos recursos que dispõem, porém o seu crescimento é em função da capacidade de valorização e organização territorial, dada a relevância social a ele atribuída. Dessa forma, é importante que o homem transforme esse bem cultural com seus recursos e meios técnicos para a finalidade de se gerar um patrimônio utilizável. A partir da reflexão podemos pontuar como um elemento consolidado como patrimônio cultural, uma construção de 53 anos com traços da cultura polonesa que valoriza muito além da arquitetura material da edificação, o saber fazer do artesanato, a pintura, a gastronomia, as danças típicas, o vestuário e o folclore polonês (Figura 3).



Figura 3: Casa Polonesa. Fonte: Acervo do autor (2019)

Em entrevista não estruturada com os moradores da Casa Polonesa, foi possível observar a preocupação em manter os significados e a originalidade em cada um dos elementos produzidos por eles, seja no artesanato, nas pinturas ou nos costumes (Figura 4 e 5). Assim, esta atividade está em concordância com o que defende Leite (2016) “são as pessoas que constituem o patrimônio primário

e sensível” do Ecomuseu, de onde proveem as ações e a criação do sentido de pertença ao território” (LEITE, 2016, p. 6).



Figura 4: Artesanato em palha de trigo tratada. Fonte: Acervo do autor (2019)



Figura 5: Pintura realizada na porta da Casa Polonesa. Fonte: Acervo do autor (2019)

Para Barbuy (1995), a premissa dos Ecomuseus é voltar o olhar dos usuários a uma cultural regional, baseada na simplicidade, no saber fazer, nas atividades de produção e dos produtos, nos indivíduos sendo observados pelos seus ofícios, assim como por exemplo, a maneira de se vestir. De certa forma, valorizar a permanência e a resistência cultural de determinada região, embasada em um espaço real e transparente, onde não haja reconstituição de ambientes com viés expositivos por si só.

Fica evidente no conceito de gestão dos Ecomuseus que a comunidade é responsável pela autogestão do espaço, para Leite (2016), na medida em que se desenvolve a cooperação entre os atores voluntários e as associações vão sendo incorporados os profissionais e os organismos públicos e privados trabalham em conjunto para acrescentar valor ao patrimônio cultural. A partir disso, temos a exemplo desse conceito no município, uma rede de agricultores que trabalha com produção orgânica, agroecologia e agroindústrias familiares, onde são mantidos os preceitos de uma agricultura que valoriza a terra, em pequenas quantidades, sem uso de agrotóxicos ou venenos químicos e economicamente viável.

Essa forma de produção destaca o município em diversos aspectos e é uma referência regional, com base nisso a Prefeitura Municipal idealizou um Centro Agroecológico, espaço esse destinado a palestras, eventos, encontros e cursos sobre o tema e até mesmo Workshops, e nesse sentido Parbuono (2019), argumenta que práticas assim podem contribuir para a difusão do conhecimento e para reativar o legado construído pelas memórias recolhidas.

Na imagem à seguir, é possível ver o Centro Agroecológico em um primeiro plano e ao fundo dele, uma rede de propriedades famílias e suas plantações em terrenos com topografia acidentada (destacadas na imagem à seguir), como descreveu Gelatti (1985), ao se referir as terras onde se instalaram os imigrantes poloneses: “fixando-se em áreas montanhosas, difíceis de serem trabalhadas” (GELATTI, 1985, p. 164).



Figura 6: Vista aérea do Centro Agroecológico. Fonte: Acervo do autor (2019)

Parbuono (2019), defende que a colaboração contínua entre instituições públicas, organizações locais pessoais, administração municipal, universidades e artesãos, poderiam garantir equilíbrio correto entre a dimensão científica e as necessidades profissionais de cada área.

Podemos relacionar tanto o artesanato polonês quanto a agroecologia de acordo com o que define a Constituição Federal de 1988 (art. 216), onde considera o patrimônio cultural brasileiro, tanto os bens de natureza material quanto os de natureza imaterial, e por bens de natureza imaterial,

entende “aquelas práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas, tais como os mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas”. Dessa forma, as comunidades, os grupos ou indivíduos que preservam e praticam essas formas de produção e expressão se reconhecem como parte integrante do patrimônio local.

Para Moura (2015), o que torna um patrimônio imaterial é o fato de ser um conhecimento que não pode ser separado de sua experiência concreta e efetiva, isto é, inseparável dos agentes concretos que ao longo de sua história o praticam. “Ele não é apenas um saber, mas um saber fazer, conhecimento palpável que se preserva na medida em que é realizado, construção e reconstrução permanente. Impossível de ser quantificado ou armazenado, ele está na mão do artesão, na linha da bordadeira, no fio do tecelão – na trama com que cada sujeito refaz e confirma sua própria história” (MOURA, 2015).

Veloso (2006) defende que o conceito e mesmo a prática relativa ao patrimônio imaterial trazem de mais fecundo é sua relação visceral com a vida social e cotidiana dos grupos sociais, que são os sujeitos desse processo, porque portadores dos conhecimentos, dos saberes, fazeres e da memória dos lugares.

O próprio conceito de referência cultural traz em seu âmago a ideia de que as referências culturais se encontram no bojo de um universo de significações que é compartilhado, o que permite a coesão e comunicação entre diferentes sujeitos (FONSECA, 2006). Assim, o patrimônio é imaterial na medida em que existe em ato, na experiência viva de um grupo que o compartilha, e na memória, na experiência acumulada e transmitida de geração à geração. “Mais do que simples resultado de uma atividade técnica, ele é a própria tela em que se tece a história de uma comunidade, as linhas com que ela constrói sua cultura e amarra os fios do tempo em uma trama única, dando forma e identidade a todos – isto é, dando-lhes uma cultura própria” (MOURA, 2015).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através deste estudo, pretendemos contribuir para a promoção interna e externa dos bens de patrimônio imaterial do saber fazer e do patrimônio cultural local, que de fato são ricos em originalidade e preservam a identidade e a memória. De acordo com Parbuono (2019), devemos iniciar traçando um caminho, como uma ferramenta que visa emergir a cultura e o patrimônio, valorizando a história, as heranças e os atores locais.

Destacamos a importância da parceria entre os agentes transformadores locais com o poder Público Municipal, a fim de articular esforços para a promoção de ações de valorização e divulgação do patrimônio local, fortalecendo identidades e culturas, e contribuindo para o desenvolvimento econômico e social da comunidade.

Podemos destacar a vocação cultural do município, ao praticarem e manterem viva as formas de fazer e trabalhar associando as técnicas com as tecnologias, o que permite o futuro do bem cultural. Devemos destacar a importância da pesquisa, uma vez que é a primeira a desenvolver um estudo sobre este cenário e debater acerca do presente, porém com uma perspectiva de futuro, assim se torna uma ferramenta para aqueles que escolhem dedicar-se e trabalhar em prol da cultura em uma cidade pequena.

REFERÊNCIAS:

BARBUY, Heloisa. A conformação dos ecomuseus: elementos para compreensão e análise. **Anais do Museu Paulista: História e Cultural Material**, São Paulo, v. 3, p.209-236, 1995.

BATISTA, Claudio Magalhães. Memória e Identidade: Aspectos relevantes para o desenvolvimento do turismo cultural. **Caderno Virtual de Turismo**, Rio de Janeiro, v. 5, p.27-33, mar. 2005. Disponível em:

<<http://www.redalyc.org/pdf/1154/115416147004.pdf>>. Acesso em: 27 abr. 2019.

BELLAIGUE, Mathilde. Uma nova visão do passado. *Memória*, São Paulo, anoV; n.19, p.74-77, jul.-ago.1993.

CANANI, Aline Sapiezinskas Krás Borges. **Herança, Sacralidade e Poder: Sobre as diferentes categorias do Patrimônio Histórico e Cultural no Brasil**. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 11, n. 23, p.163-178, jan/jun 2005.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Patrimônio Cultural: Conceitos, Políticas, Instrumentos**. São Paulo: Annablume, 2009. 380 p.

EDELWEISS, Roberta Krahe. **Cidade Contemporânea, memória e preservação patrimonial: uma interpretação a partir das preexistências culturais**. *Oculum Ensaio: Revista de Arquitetura e Urbanism*, Campinas, v. 1, n. 13, p.153-162, 08 set. 2016.

GONÇALVES J. **O patrimônio como categoria de pensamento**. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mario (Org.). *Memória e patrimônio*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 21-29.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. (Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro) 3. ed. Rio de Janeiro. DP&A, 1999.

IBGE. **Santo Antônio do Palma**. Disponível em:
<<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/santo-antonio-do-palma/panorama>>.
Acesso em: 28 abr. 2019.

LEITE, Pedro Pereira. **Theory and Practices on Informal Museology**. Disponível em: <<https://informalmuseology.wordpress.com/informal-museology-studies/14-ecomuseus-e-museologia-social/documento-estrategico-dos-ecomuseus-italianos/>>. Acesso em: 26 mar. 2019.

FONSECA, Maria Cecilia Londres. **Referências culturais: base para novas políticas de patrimônio**. In: *Inventário Nacional de Referências Culturais*. Manual de aplicação IPHAN. [S.l.:s.n.], 2000, Minc.

MONTANER. Josep Maria. **La modernidad superada: arquitectura, arte y pensamiento del siglo XX**. Barcelona: editora Gustavo Gill, 1997.

MOURA, Alex de Campos. **Patrimônio Imaterial**. Disponível em: <<http://artesanatosustentavel.com.br/2014/01/patrimonio-imaterial/>>. Acesso em: 29 abr. 2019.

PARBUONO, Daniele. “TrasiMemo” Memory Bank of Trasimeno Area. Working together to create development perspectives. **Revista de Arquitetura IMED**, Passo Fundo, v. 7, n. 2, p. 23-44, abr. 2019. ISSN 2318-1109. Disponível em: <https://seer.imed.edu.br/index.php/arqimed/article/view/2998>. Acesso em: 28 abr. 2019.

PEIXOTO, Paulo. Tudo o que é Sólido se Sublima no Ar: Políticas Públicas e Gestão do Patrimônio. In: CYMBALISTA, Renato; FELDMAN, Sarah; KÜHL, Beatriz M. (Org.). **Patrimônio Cultural: Memória e Intervenções Urbanas**. São Paulo: Annablume, 2017. p. 17.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento e Silêncio**. In. Estudos Históricos. 1989/3. São Paulo. Cpdoc/FGV.

SANTOS, Roselys I. Correa & ANTONINI, Bianca Oliveira. **LA GASTRONOMIA TÍPICA DE LA ISLA DE SANTA CATARINA – Brasil**. Su identidade como atrativo para el turismo cultura. In. Estudios y Perspectivas en turismo. Vol.13. Números 1 y 2 2004. Centro de investigaciones y Estudios Turísticos. Buenos Aires. Argentina

SCHNEIDER, Luiz Carlos; FIALHO, Daniela Marzola. **Identidade, Território e Paisagem no Contexto do Ordenamento Territorial**. In: VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, 2015, Santa Cruz do Sul. **Anais do VII Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional**. Santa Cruz do Sul.

PALMA, Prefeitura Municipal de Santo Antônio do. **Turismo**. 2017. Disponível em: <<http://pmpalma.com.br/turismo.html>>. Acesso em: 28 abr. 2019.

UNESCO. **Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial**. Paris: Unesco, 2003.

VARINE. Hugues de. **As raízes do futuro: O patrimônio a serviço do desenvolvimento local**. Tradução de Maria de Lourdes Perreiras Horta. Porto Alegre: Medianiz, 2012.

VELOSO, Mariza. O Fetiche do Patrimônio. **Habitus**, Goiânia, v. 4, p.437-454, 2006.